

VENDA DE IMOVEIS

(De harmonia com artigo 124.º da Lei nº 75-B/2020, de 31 de dezembro (LOE/2021))

CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA GRANDE

Ano

2022

(Designação da autarquia local)

(Unidade: euros)						
Classif.	Designação	out/18 a dez/18	2019	2020	jan/21 a set/21	Média dos 36 meses anteriores a out/2021
090101	Venda de terrenos a Sociedades e quase-sociedades não financeiras	0	0	0	34 000	11 333
090110	Venda de terrenos a Famílias	7 747	18 592	25 643	17 823	23 268
090201	Venda de habitações a Sociedades e quase-sociedades não financeiras	0	0	0	0	0
090210	Venda de habitações a Famílias	438	2 625	6 178	5 916	5 052
090301	Venda de edifícios a Sociedades e quase-sociedades não financeiras	0	0	0	0	0
090310	Venda de edifícios a Famílias	0	0	0	0	0
09040101	Venda de equipamento de transporte a Sociedades e quase-sociedades não financeiras	0	0	7 403	0	2 468
09040102	Venda de maquinaria e equipamento a Sociedades e quase-sociedades não financeiras	0	0	0	0	0
Total		8 184	21 217	39 224	57 739	42 121

Artigo 124.º da Lei nº 75-B/2020, de 31 de dezembro (LOE/2021)

Previsão orçamental de receitas das autarquias locais resultantes da venda de imóveis

- Os municípios não podem, na elaboração dos documentos previsionais para 2022, orçamentar receitas respeitantes à venda de bens imóveis em montante superior à média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de bens imóveis nos 36 meses que precedem o mês da sua elaboração.
- A receita orçamentada a que se refere o número anterior pode ser, excecionalmente, de montante superior se for demonstrada a existência de contrato já celebrado para a venda de bens imóveis.
- Se o contrato a que se refere o número anterior não se concretizar no ano previsto, a receita orçamentada e a despesa daí decorrente devem ser reduzidas no montante não realizado da venda.